

Nota Técnica sobre dados de Currículos Municipais de EI-EF

Parte 1 - Descrição dos Dados

Este documento apresenta os dados que tratam dos referenciais curriculares municipais alinhados à BNCC utilizados no Observatório. Esses dados são dos seguintes tipos:

- Situação do referencial curricular municipal
- Situação do regime de colaboração do referencial curricular municipal
- Regulamentação do referencial curricular municipal

A situação do referencial curricular municipal pode estar em uma das seguintes opções:

1. Homologado
2. Em andamento
3. Não iniciado
4. Sem informações

A situação “Homologado” representa que o processo de definição do referencial municipal está concluído, seja via homologação ou outro processo específico para o município. Municípios que fazem parte do sistema estadual de ensino cuja resolução que define o referencial curricular determina que as redes municipais devem usar o referencial aprovado podem ser considerados nessa situação.

A situação “Em andamento” representa que houve um esforço inicial para a definição do referencial, mas que não houve conclusão ainda. A situação “Não iniciado” representa que ainda não houve um esforço para iniciar o processo de definição do referencial. Por fim, a situação “Sem informações” representa que não foi possível ainda coletar ou receber informações sobre a situação do referencial curricular no município.

A situação do regime de colaboração do referencial curricular municipal pode estar em uma das seguintes opções:

1. Utiliza o referencial curricular estadual
2. Adapta o referencial curricular estadual
3. Não considera o referencial curricular estadual
4. Sem informações

A situação “utiliza o referencial curricular estadual” representa que a rede municipal aderiu ao documento elaborado em regime de colaboração entre a secretaria estadual e os municípios do estado. Isso é comum nos municípios que são vinculados ao sistema estadual de ensino. Essa situação não limita o município a possuir

documentos curriculares complementares contextualizados à realidade específica municipal.

A situação “adapta o referencial curricular estadual” representa que o município usou como base o documento elaborado em regime de colaboração para produzir um novo referencial, contextualizado especificamente para o município. A situação “não considera o referencial curricular estadual” representa o caso dos municípios que elaboraram seus documentos sozinhos, sem considerar o regime de colaboração mencionado.

A regulamentação dos referenciais curriculares municipais é composta pelas seguintes informações:

- Documento (normalmente arquivo no formato “pdf”) que regulamenta o referencial para a rede
- Data de homologação ou definição do referencial curricular para o município

Os documentos de regulamentação podem ser de vários tipos, resoluções, pareceres, portarias, deliberações, etc. O tipo de documento para cada município depende da legislação local e do regimento do órgão regulamentador do sistema de ensino. No caso dos municípios vinculados ao sistema estadual, normalmente o documento de regulamentação é a resolução do Conselho Estadual de Educação que aprova o referencial curricular. No caso de municípios com sistema próprio, normalmente é um documento do conselho municipal ou da própria secretaria de educação.

Parte 2 - Fonte dos Dados

Os dados de situação e de regime de colaboração do referencial curricular dos municípios têm como fonte a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), coletados em parceria com o Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação (Foncede) e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed). Esses dados são coletados pelas equipes estaduais da Uncme e Undime, preenchidos em planilhas e sistematizados com apoio técnico do Movimento pela Base e da Fundação Lemann.

Os dados das regulamentações têm como fonte as secretarias e conselhos estaduais e municipais, são documentos oficiais e muitos deles publicados nos correspondentes diários oficiais. Boa parte dessas evidências também são coletadas pelas equipes estaduais e sistematizadas pelos parceiros técnicos.